

ISSN 0101-708X

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

# **G** BOLETIM GOIANO *de* eografia

INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS/GEOGRAFIA

---

VOL. 19 - N.º 2 - JAN./DEZ. 1999

# AS OCUPAÇÕES DE TERRA EM GOIÁS

Élio Garcia Duarte\*

## RESUMO

Este artigo apresenta a síntese do resultado de uma pesquisa realizada sobre os movimentos sociais no campo, em Goiás. Destaca o processo recente de ocupação de propriedades improdutivas, como forma de pressão dos trabalhadores rurais junto ao governo, para a agilização da reforma agrária.

**UNITERMOS:** Movimentos Sociais; Ocupações de Terra; Goiás.

## ABSTRACT

This article presents a summary of the result of a research about the social movements in the rural area, in Goiás. It emphasizes the recent process of occupation of non-productive properties, as a way rural workers used to persuade the government to accelerate the development of agrarian reforms.

**KEY WORDS:** Social Movements; Land Occupations; Goiás.

## 1. INTRODUÇÃO

Neste artigo procuramos sintetizar os resultados de uma pesquisa realizada entre 1994 e 1998, visando à elaboração de uma tese de doutorado (DUARTE, 1998). Essa pesquisa teve por objetivo o estudo dos movimentos sociais no meio rural brasileiro, nas quais destacamos as recentes ocupações de terra que têm forçado o governo a criar projetos de assentamento de reforma agrária. Conferimos maior ênfase ao estudo de alguns projetos de assentamentos criados em Goiás,

---

\* Professor do Departamento de História da FCHF/UFG. Doutor em História Social pela USP.

colocados no contexto mais amplo dos movimentos sociais desencadeados no país nas últimas décadas.

Além dos aspectos econômicos, políticos e sociais, procuramos dar uma atenção maior ao aspecto cultural desses movimentos. Achamos que não basta analisar o papel desempenhado pelo Estado, pelas lideranças sindicais, pelos políticos e pelas entidades de luta ou de apoio à luta dos trabalhadores. Por isso, procuramos fazer o necessário resgate das realizações do homem comum, da vivência de homens, mulheres e crianças nas ocasiões de despejo, nos acampamentos, nas ocupações ou nos assentamentos. Ou seja, no dia-a-dia da luta pela terra e pela sobrevivência. Portanto, a pesquisa procurou enfocar também as forças culturais que dão embasamento ao camponês em sua luta. Forças essas que não estão imunes a transformações, no decorrer dos embates. São a vida em família, os hábitos sociais, a religiosidade, o teatro, a música, as tradições, enfim, toda a experiência de vida desse segmento social.

Nossa pesquisa documental abrangeu um período de vinte anos, de 1975 a 1995. Tomamos como ponto de partida o ano de 1975, por se tratar de um momento em que as lutas camponesas tomaram um maior impulso, com o apoio da Igreja, em decorrência da criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Mas, a fim de comparar as formas de luta e de organização camponesas, fizemos uma retrospectiva das lutas no campo ocorridas em Goiás nos anos 50 e 60, já estudadas por outros pesquisadores.

Nossa análise partiu da hipótese de que anteriormente as lutas camponesas eram conduzidas por entidades mediadoras com concepções estranhas ao trabalhador rural. Os mediadores procuravam falar pelos camponeses. Nas manifestações mais recentes, a partir dos anos 70, os camponeses procuraram se organizar com base em seus próprios valores culturais, reelaborados no enfrentamento à dominação capitalista. As ocupações de terra em Goiás constituem, portanto, manifestações concretas de uma consciência política dos camponeses, formada a partir da criação de novos valores culturais que foram forjados pelas contradições de classes, no embate com o capitalismo. Esta cultura reelaborada, mas que também não está isenta de influências dos mediadores, é utilizada como instrumento de luta e de formulação de um projeto de novas formas de uso da terra.

## 2. CONCEPÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Para a compreensão do processo de concentração da terra, de expropriação do campesinato e o surgimento dos conflitos pela terra, partimos de uma abordagem marxista, que melhor analisa o desenvolvimento e as contradições do capitalismo. Da teoria marxista utilizamos os instrumentos necessários para entender a dinâmica da realidade da formação social brasileira, em seu desenvolvimento contraditório.

Mas não ficamos apenas na análise estrutural do desenvolvimento do capitalismo. Neste trabalho, enfocamos também a *microistória* dos movimentos camponeses, considerada dentro de um contexto mais amplo. Fizemos uma análise da vivência dos sujeitos dessas manifestações, de seus modos de viver, de como experimentam a dominação e se organizam para a resistência. Portanto, na análise da vivência desses sujeitos, procuramos destacar as forças culturais que interferem na elaboração e reelaboração do processo de dominação, resistência e luta.

Para conhecer o cotidiano das pessoas que vivenciaram a luta pela terra e pela sobrevivência, e para fazer uma história vista de baixo, tivemos de recorrer também às fontes orais. Entrevistamos não só lideranças e mediadores das lutas populares, como também homens, mulheres e crianças comuns, de diversos assentamentos. Desta forma, foi possível captar uma quantidade maior de informações, observar seu modo de ver o mundo e suas interpretações sobre a luta, aspectos que não estavam antes registrados.

Procuramos, na medida do possível, estabelecer um confronto entre as informações obtidas e outros depoimentos, relatórios dos mediadores, documentos oficiais, noticiários da imprensa e outras formas de evidências. Para isso, recorreremos aos arquivos da CPT, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás (Fetaeg), da CUT, do Inca, da Emater-GO e do IBGE. Utilizamos também outras formas de evidência da cultura popular e das manifestações camponesas. Fizemos registros audiovisuais (fotografias, gravações sonoras e vídeo), bem como observação direta de alguns acontecimentos. Portanto, fizemos também um trabalho etnográfico.

Quanto ao procedimento metodológico, adotamos o método regressivo-progressivo, proposto por Henri Lefebvre, que utiliza-se de

técnicas auxiliares e engloba vários momentos, para recuperar as temporalidades desencontradas e coexistentes. Esse método parte da constatação de que a realidade social camponesa possui uma dupla complexidade: horizontal e vertical. Na complexidade horizontal pode-se observar a diversidade de relações sociais, numa mesma época histórica. São formações econômico-sociais e estruturas agrárias com diferenças essenciais que chegam ao antagonismo. Na complexidade vertical, também chamada de *histórica*, observa-se a coexistência de formações de épocas e datas diferentes. Portanto, coexistem relações sociais que têm datas desiguais. É o antigo ao lado do moderno.

Nesse método, num primeiro momento, através de uma observação munida de experiência e de uma teoria geral, é feita uma descrição do visível, da complexidade horizontal. Nesse momento chamado descritivo, reconstitui-se a diversidade das relações sociais, descrevendo-se o que se vê. Em seguida, passa-se à análise da realidade descrita, a um mergulho na complexidade vertical. É o momento analítico-regressivo, em que se procura decompor essa realidade e datar o que parecia contemporâneo e simultâneo. O terceiro momento desse método é denominado histórico-genético. É quando, segundo Lefebvre (1986, p. 173), se faz o retorno ao "atual anteriormente descrito para reencontrar o presente, porém elucidado, compreendido: explicado". Segundo José de Souza Martins (1996, p. 22), esta "volta à superfície fenomênica da realidade social elucidada o percebido pelo concebido teoricamente e define as condições e possibilidades do vivido".

### 3. MANIFESTAÇÕES CAMPONESAS EM GOIÁS

Começamos por analisar as manifestações camponesas nos últimos anos, destacando inicialmente os conflitos da primeira metade da década de 1990, que têm se caracterizado pelas ocupações organizadas de propriedades improdutivas. Os dados sobre as várias ocupações de terra no Brasil demonstram como tem crescido esta forma de luta dos trabalhadores rurais sem terra, diante do domínio do capital sobre a agricultura.

A CPT registrou, em 1995, um total de 554 conflitos no campo, envolvendo 381.086 pessoas nos diversos tipos de violência. Porém, os

conflitos pela terra, envolvendo violência contra posse e propriedade, foram em maior número. Somaram 441 conflitos, envolvendo 63.565 famílias. Em 1990, os conflitos desta natureza tinham ocorrido em menor número: 401. Em Goiás, os conflitos pela terra triplicaram nesse período. Subiram de 10, em 1990, para 29 em 1995. Aumentaram em todos os aspectos apontados pelos dados da CPT: número de conflitos, área conflitiva, número de famílias vítimas de expulsão e vítimas de despejo judicial (COMISSÃO, 1996).

O jornal *Folha de São Paulo*, de 19/4/96, com base em dados da CPT e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), constatou o crescimento das ocupações de terra nesse período: em 1991 foram 77 ocupações, subindo para 81 em 1992, 89 no ano seguinte, 119 em 1994 e 198 em 1995.

Com a repercussão dos massacres que ocorreram em Corumbiara, em Rondônia e Eldorado dos Carajás, no Pará, as mobilizações de trabalhadores rurais sem terra se tornaram mais intensas, aumentando o número de ocupações, tanto de fazendas improdutivas como de prédios públicos, principalmente de superintendências regionais do Incra.

Dentre os conflitos atuais, ainda aparecem expulsões de posseiros, embora elas ocorram em menor frequência e não mais de forma sistemática, como ocorria na década de 1970. Isto porque, mais recentemente, os posseiros passaram a resistir em suas posses e a lutar por seus direitos, por meio de suas próprias organizações representativas. Mas, para se chegar à atual organização, foi necessário que os trabalhadores acumulassem experiências de luta por vários anos. Por isso, voltamos aos anos 70 para analisar os fundamentos e o processo de construção das atuais lutas camponesas. Essa construção se deu paralelamente ao desenvolvimento de outras organizações populares e ao crescimento das manifestações no país, contra a política colocada em prática pelos governos militares.

Em Goiás, naquele período (anos 70 e 80), os conflitos mais visíveis ocorriam no norte do estado (hoje Tocantins), principalmente no Bico do Papagaio, na Amazônia Legal. Com a política de atração do capital para aquela região, a estrutura fundiária se tornou ainda mais concentrada e os conflitos sociais se agravaram, com as expulsões de posseiros. Muitos desses posseiros foram então se organizando para

resistir à expulsão e passaram a contar com a ajuda da Igreja Católica, principalmente através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e da Comissão Pastoral da Terra, criada em 1975. Com a ajuda da Igreja, passaram a enfrentar juridicamente os expropriadores e a organizar sindicatos combativos. Na época, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) também estimulava a criação de sindicatos, mas se restringia a um sindicalismo oficial, assistencialista e pouco atuante.

A Diocese de Goiás, que foi uma das mais ativas no apoio à luta dos trabalhadores rurais, incentivou a criação de sindicatos e de oposições sindicais. Com isso, foi se desenvolvendo no estado um novo sindicalismo rural, forte e combativo. Esse movimento sindical chegou a influenciar a organização de sindicatos em outros estados e serviu de apoio para a formação de outras entidades de luta política, como o Partido dos Trabalhadores e a CUT.

A partir de meados dos anos 80, essa luta voltou-se mais para as ocupações de terra, com o apoio de várias entidades. A análise da situação atual no campo nos permitiu relacionar a questão agrária a outras questões, como o desemprego, a desigualdade social, a violência e a miséria. Com o desenvolvimento da agricultura capitalista, milhares de trabalhadores foram excluídos do acesso à terra e até mesmo dos direitos elementares de cidadania. Desenvolveu-se um modelo concentrador de terras e de rendas, acentuando mais a desigualdade social e aumentando a violência, tanto rural quanto urbana. O êxodo e o desemprego também são analisados como consequência desse modelo concentrador e *modernizante*. Mas, em nossa pesquisa, abordamos principalmente o processo inverso, isto é, a tentativa dos camponeses de permanecer na terra, através da resistência, bem como o retorno dos expropriados ao campo, por meio das ocupações organizadas. Esse processo é analisado como uma reação dos camponeses e demais trabalhadores rurais sem terra à dominação capitalista sobre a propriedade fundiária.

Para melhor compreensão das formas de organização da resistência e de luta pelo retorno à terra, julgamos importante focar também o aspecto cultural. Neste estudo, a cultura camponesa é vista na existência concreta dos trabalhadores do campo, refletindo e orientando

o caráter de uma classe social subordinada. Está vinculada a sua base real, ao seu trabalho e, principalmente, à organização de resistência diante da dominação capitalista. Desta forma, constatamos que algumas manifestações culturais dos camponeses goianos, como a música, a poesia, as folias, as romarias e os mutirões, estão voltadas para a luta e a formulação de projetos alternativos de uso da terra. Muitas delas permitem ao camponês perceber melhor as contradições de classe, a situação de exploração e também as possibilidades de mudanças. Portanto, concluímos que essa cultura tem contribuído para a formação da consciência política dos trabalhadores rurais e incentivado sua luta pela terra e por transformações sociais mais amplas.

#### 4. DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS

Se o embate principal das manifestações camponesas se dá contra a dominação do capital, percebemos, então, a necessidade de analisar o capitalismo no campo e as políticas governamentais relativas às questões agrária e agrícola. Em uma breve análise da questão agrária no Brasil, observamos que algumas interpretações teóricas pressupunham que a propriedade da terra baseada no latifúndio, bem como as relações “atrasadas” no campo, seriam um entrave ao desenvolvimento do capitalismo e, conseqüentemente, um obstáculo à revolução socialista. Essas interpretações propugnavam, portanto, a proletarianização do trabalhador rural e o fim do campesinato.

Porém, constatamos que esse processo de expropriação e proletarianização do campesinato não ocorreu de forma completa. Isso porque a propriedade da terra não é um obstáculo intransponível à expansão do capitalismo. O capital, ao se apropriar da terra, através da renda fundiária, passa a dominar também o trabalho no campo. Assim, o capital, de várias formas, apodera-se de parte significativa da mais-valia social. A contradição fundamental do capitalismo na agricultura, portanto, não se dá entre o capital e a terra, mas sim entre a produção social da riqueza e sua apropriação privada. Por isso, apesar da dominação do capital na agricultura, observa-se ainda a permanência e a resistência do campesinato convivendo com a produção capitalista.

Além da força dominante do capitalismo, precisamos considerar também as condições locais, como sugere Henri Lefebvre. Precisamos levar em consideração o poder dos “resíduos do passado”, as tradições culturais, a força política das classes dominantes agrárias. Pela análise dos ritmos do desenvolvimento desigual, da coexistência e interação de momentos históricos diferentes, podemos entender por que a propriedade fundiária não impede a subordinação da agricultura e do trabalho agrícola ao capital. Podemos compreender também a permanência da concentração fundiária e por que falta vontade política para se fazer a reforma agrária, uma vez que o domínio político das oligarquias baseia-se na dominação territorial.

Os movimentos em Goiás oferecem ricas referências sobre o desencontro de temporalidades, por apresentarem uma grande diversidade e maior tensão de tempos históricos e de relações sociais. Por isso julgamos importante retroceder até meados do século XX, para analisar a gênese dos conflitos pela terra e a aplicação de políticas governamentais relativas às questões agrária e agrícola.

Nessa regressão analítica, tomamos como referência a política desenvolvimentista iniciada por Vargas, chegando até a política agrária da Nova República.

Com o estabelecimento de uma política de interiorização, objetivando estender a fronteira econômica para as regiões menos desenvolvidas, Getúlio Vargas procurou incentivar a migração para ocupar os vazios demográficos, do Centro-Oeste até a Amazônia. Nesse contexto da chamada Marcha para o Oeste, desenvolvida a partir do final dos anos 30, Goiás recebeu grande parte dos excedentes populacionais de outras regiões do país. Com a expansão da fronteira econômica na região, através da colonização particular, da criação de colônias oficiais (Colônia Agrícola Nacional de Goiás – Cang – e Colônia de Rubiataba – estadual) e da abertura da estrada Transbrasiliana (1948), houve uma grande valorização das terras no estado. As terras que ainda permaneciam devolutas ou inexploradas, a partir do final dos anos 40 passaram a ser ocupadas por pequenos posseiros. Em seguida, foram também apropriadas por grileiros, dispostos a vendê-las a fazendeiros ou grupos econômicos sulistas interessados em adquirir terras na região. A apropriação da terra, que era feita pela simples ocupação ou posse,

passou a ser feita também pela compra e venda. Desse confronto entre regimes diferentes de propriedade, por um lado a posse e por outro a propriedade capitalista da terra, surgiram inúmeros conflitos que levaram os camponeses a se organizar em Goiás.

Entre os conflitos decorrentes dessa expansão capitalista em Goiás destaca-se a revolta de Trombas e Formoso, que contou com a participação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que já atuava em Goiás desde a década de 1940, organizando os trabalhadores rurais por meio da criação de ligas camponesas.

Com o golpe militar de 1964, todos os movimentos populares foram sufocados, principalmente as organizações de luta dos camponeses. Essa era uma das condições de *segurança e estabilidade* necessárias à atração do capital externo, para o desenvolvimento do capitalismo. Uma das primeiras medidas visando a essa finalidade foi a criação de uma legislação relativa às políticas agrícola e agrária, através do Estatuto da Terra e demais leis complementares. A política desenvolvida pelos governos militares criou uma série de órgãos e programas, além dos incentivos fiscais, sempre favorecendo o capital mas pouco fazendo pela reforma agrária reivindicada pelos trabalhadores. Pelo contrário, esse desenvolvimento do capitalismo na agricultura, através da mecanização dos financiamentos e dos subsídios aos empresários, provocou maior concentração de terras e de rendas. Conseqüentemente, os conflitos pela terra aumentaram, juntamente com a onda de protestos populares e as articulações políticas que provocaram o fim da ditadura militar.

As negociações políticas efetuadas no ocaso do regime militar levaram à formação de um pacto político denominado Aliança Democrática, que tinha por finalidade eleger, via Colégio Eleitoral, um governo civil para o país. Essa aliança tinha como plataforma política um plano de governo elaborado pelo PMDB, intitulado Nova República. Entre os compromissos políticos da Nova República, que mais interessam para o nosso tema, estavam a convocação da Constituinte e a reforma agrária. Nesse contexto é que o governo civil, em maio de 1985, apresentou seu Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Com esse plano, a prioridade da política fundiária passou a ser o assentamento dos trabalhadores rurais em suas regiões de origem e não mais a colonização, como ocorria durante o período militar. Os latifundiários, por sua vez,

criaram a União Democrática Ruralista (UDR), que desencadeou uma forte reação contra a reforma agrária. O PNRA tinha estabelecido como meta, até 1989, o assentamento de 1,4 milhão de famílias. Porém, o Incra, órgão responsável pela execução dos assentamentos, não foi reestruturado e nem recebeu as condições adequadas para essa função. Por isso, as ocupações de terra por parte dos trabalhadores continuaram a ser uma estratégia importante para pressionar a continuidade da reforma agrária.

Por ocasião da Assembléia Nacional Constituinte (1987/1988), também se criou uma grande expectativa com relação à questão agrária. Porém, as pressões exercidas pela UDR e as articulações do Centrão (bloco articulado pelos conservadores que defendia a livre iniciativa, a diminuição do Estado, a propriedade privada e os investimentos estrangeiros) foram mais eficientes que as dos movimentos populares. Incluíram na Constituição o conceito de “propriedade produtiva”, “insuscetível de desapropriação para fins de reforma agrária”. Assim, os proprietários de imensos latifúndios têm utilizado inúmeros artifícios para caracterizar suas propriedades como produtivas, a fim de evitar a desapropriação ou de exigir indenização em dinheiro.

Diante da frustração dos trabalhadores rurais e dos mediadores, devido à regressão do ordenamento constitucional referente à questão agrária, só restou às organizações dos trabalhadores intensificar sua própria luta. Desta forma, desde os anos 80 a estratégia principal dos sem-terra tem sido a ocupação de propriedades improdutivas, o acampamento em estradas ou praças públicas e a ocupação de repartições públicas, para forçar o governo a decretar a desapropriação dos imóveis reivindicados, para fins de reforma agrária.

## 5. OS MEDIADORES NAS LUTAS CAMPONESAS

Além das instituições oficiais de intervenção no campo (Ibra, Incra, Gera, Emater etc.), é preciso analisar também as experiências dos movimentos sociais empenhados na contestação ao desenvolvimentismo do governo, que beneficia o capital.

Nas lutas camponesas contra a dominação do capital, sempre tem havido a mediação de várias entidades, no sentido de apoio e assessoria-

mento ou mesmo de direcionamento político ou de controle dessas lutas. Os camponeses, como membros de uma classe dominada econômica e politicamente, excluídos dos mais elementares direitos de cidadania, sempre foram considerados carentes de mediação. Por isso, as mais variadas instituições e tendências políticas e ideológicas procuram ser a ponte entre eles e a sociedade mais ampla. Tentam também traduzir sua fala e introduzir linguagens e propostas em nome dessa classe social.

Entre as instituições que têm desenvolvido uma mediação nas lutas camponesas estão a Igreja Católica, a CPT e as próprias organizações dos trabalhadores, como a Contag, a Fetaeg e o MST. Fazendo uma análise regressiva-progressiva da atuação desses mediadores, pudemos observar que os movimentos camponeses têm sido muito dinâmicos e eficazes, evoluindo no sentido de provocar mudanças nas formas de mediação, mesmo na atuação do próprio Estado. Antes, os mediadores organizavam a luta e falavam pelos camponeses. Agora, os camponeses se tornaram atores ativos, constituindo-se em sujeitos coletivos de sua própria história. Com a reorganização das lutas, baseada em seus próprios elementos culturais e naqueles introduzidos com o apoio dos mediadores, os camponeses vão influenciando também na redefinição das entidades mediadoras e das políticas governamentais. Isso fica evidente quando observamos que, através dos movimentos de oposição sindical, os trabalhadores rurais têm assumido a direção dos sindicatos, da Fetaeg e da Contag. Mudaram a orientação dessas entidades, que antes desenvolviam um sindicalismo oficial. Hoje, em Goiás, essas instituições já estão comprometidas com as estratégias de ocupação de terra, que têm levado ao desenvolvimento de uma política de assentamentos rurais e à busca de novas alternativas para a sobrevivência do campesinato. Da mesma forma, o MST, que foi criado a partir da mediação da Igreja, especialmente da CPT, hoje desenvolve sua própria política no sentido de promover ocupações de terra e transformações mais amplas na sociedade brasileira. Portanto, podemos afirmar que a rebeldia dos camponeses está à frente da atuação dos mediadores e do Estado.

## 6. AS OCUPAÇÕES DE TERRA

Assim, depois de ter feito uma regressão para analisar as lutas camponesas e a atuação dos mediadores, voltamos novamente ao presente, examinando o processo de ocupação de terras, que tem forçado o governo a promover os assentamentos rurais.

Para entender melhor o processo da atual luta pela reforma agrária, fizemos um levantamento dos assentamentos criados em Goiás até 1995. Constatamos que quase todos foram frutos de ocupações organizadas pelos trabalhadores, com o apoio de entidades mediadoras.

Nos últimos anos, o governo federal, acuado pelas pressões dos trabalhadores rurais, tem procurado dar satisfação à opinião pública interna e externa. Por isso, tem implementado alguns projetos de assentamento de trabalhadores rurais nas terras desapropriadas – ou adquiridas pelo Incra – para fins de reforma agrária. À medida que se intensificam as ocupações, mais projetos de assentamento são criados. Em Goiás, até dezembro de 1994, havia 21 projetos criados pelo Incra. No ano seguinte, com a intensificação das ocupações, foram criados mais 20. Até então, a participação do MST nessas ocupações em Goiás era reduzida. A partir de 1996, o movimento tomou um impulso maior e passou a executar um grande trabalho de mobilização dos trabalhadores sem terra, nas periferias das cidades. Com isso, multiplicaram-se as atividades de organização de novas ocupações.

Para fazer uma verticalização em nossa pesquisa, selecionamos três casos bastante significativos. O primeiro deles foi o PA Mosquito, no município de Goiás, que uniu a luta pela posse da terra e a ocupação organizada, obtendo uma vitória que abriu caminho para outras ocupações.

O segundo foi o PA Três Barras, em Cristalina. Neste caso, o Incra já estava com o processo de desapropriação do imóvel em andamento, sem que ele fosse reivindicado por qualquer grupo de trabalhadores. Com a frustração de uma tentativa de ocupação da fazenda Impertinente, no município de Fazenda Nova, os sem-terra que acamparam na sede do Incra resolveram aceitar o imóvel de Cristalina. Assim foi criado o PA Três Barras. Até o encerramento de nossa pesquisa, em 1998, era o projeto com maior número de assentados em

Goiás. Apresenta uma grande heterogeneidade cultural, pois além dos trabalhadores que já estavam na luta, muitos moradores da cidade foram contemplados com lotes que depois foram vendidos, até para agricultores gaúchos. Após passar por um período de crise, esse projeto se reabilitou e tem demonstrado boas perspectivas para se desenvolver economicamente.

O outro caso que enfocamos foi o do PA São Carlos, no município de Goiás. É também um grande projeto e, embora mais recente, tem demonstrado boas perspectivas de sucesso. Esse assentamento foi fruto da luta obstinada de um grupo de sem-terra, que, após uma tentativa frustrada de ocupação e depois de vários meses de acampamento às margens do Rio Agábito, ocupou novamente a fazenda São Carlos e resistiu até a vitória final. Nessa luta, os sem-terra contaram com o apoio de várias entidades mediadoras: MST, Diocese de Goiás, CPT e Fetaeg.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em cada um dos casos que pesquisamos, da mesma forma que fizemos com as outras manifestações camponesas, procuramos historiar sua gênese e desenvolvimento, utilizando também, como procedimento metodológico, os momentos descritivo, analítico-regressivo e histórico-genético. Procuramos observar os vários aspectos da vida e da luta dos assentados: a vida nos acampamentos, as experiências de despejo, as batalhas judiciais, os momentos de vitória, a organização da produção, a sociabilidade, a religiosidade; enfim, toda a experiência de vida desse segmento social.

Com este estudo, portanto, procuramos resgatar as realizações dos homens comuns, como atores de sua história e sujeitos coletivos da recuperação das experiências cotidianas. Procuramos perceber o ponto de vista desses homens e conhecer suas opiniões, destacando o que foi vivido na luta pela mudança social. Por isso, optamos por um estudo que procurasse aprofundar-se numa realidade específica, para captar também os detalhes das manifestações próprias dos camponeses, em vez de limitar-se ao estudo das grandes tendências sociais que enfocam uma sociedade sem face humana. Porém, procuramos sempre estabelecer a inter-relação entre os acontecimentos analisados e os aspectos gerais das

transformações da sociedade brasileira, numa tentativa de buscar uma compreensão mais global dessa sociedade.

Observamos que os trabalhadores rurais sem terra (a maioria deles já morando nas cidades), apoiados pelas entidades mediadoras, procuraram se organizar, mobilizando-se para a luta pela sua sobrevivência. Através das ocupações, organizadas coletivamente, esses trabalhadores procuraram retornar à terra e resgatar o sentido de coletividade e de solidariedade, que é próprio da cultura camponesa. E esta cultura, por sua vez, constituiu uma base importante para a organização da luta.

Por outro lado, pressionado pelos trabalhadores rurais sem terra e pelas entidades mediadoras, o governo federal tem promovido desapropriações de imóveis rurais improdutivos e implantado alguns projetos de assentamento, dentro do Programa de Reforma Agrária. Trata-se de uma reforma agrária parcial e muito restrita, porque são projetos pontuais, isolados e que se limitam basicamente às áreas de conflito, onde as pressões são maiores. A força dos trabalhadores rurais não foi ainda suficiente para promover uma reforma agrária ampla, massiva e imediata, como há muito tempo se tem reivindicado. Uma reforma agrária nesse nível é que poderá provocar modificações substanciais na estrutura fundiária do país. Mas, para isso, é preciso o apoio de amplas parcelas da sociedade.

Porém, aos poucos, através das ocupações, dos acampamentos e das manifestações públicas, os trabalhadores rurais sem terra estão conseguindo sucessivas vitórias, e sua luta tem obtido ampla repercussão na sociedade.

Nos últimos anos, tem aumentado muito o número de assentamentos, frutos das ocupações de imóveis improdutivos. Em Goiás, quando fizemos os primeiros levantamentos para o projeto de pesquisa, no início de 1994, existiam apenas vinte projetos de assentamento criados pelo Incra. Hoje (ano 2000) já são mais de 120 projetos no estado, quase todos decorrentes do processo de ocupação de terras.

## REFERÊNCIAS

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no campo - Brasil/95*. Goiânia: Secretariado Nacional da CPT, 1996.

DUARTE, Élio Garcia. *Do mutirão à ocupação de terras*: manifestações camponesas contemporâneas em Goiás. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

LEFEBVRE, Henri. Perspectivas da sociologia rural. In: MARTINS, José de Souza. (Org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARTINS, José de Souza. As temporalidades da história na dialética de Lefebvre. In: MARTINS, José de Souza. (Org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996.